

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

GUSTAVO AVEIRO DELLA MOTTA

**A TRANSIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO NOVO PARA A QUARTA REPÚBLICA EM
RIBEIRÃO PRETO, SP (1934-1951)**

Ribeirão Preto

2024

GUSTAVO AVEIRO DELLA MOTTA

**A TRANSIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO NOVO PARA A QUARTA REPÚBLICA EM
RIBEIRÃO PRETO, SP (1934-1951)**

Trabalho de conclusão de curso de História,
Cultura e Sociedade do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de
especialista.

Orientador: Me. Yuri Araújo Carvalho

Ribeirão Preto

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

M921t

Motta, Gustavo Aveiro Della

A transição política do Estado Novo para a Quarta República em Ribeirão Preto, SP (1934-1951) / Gustavo Aveiro Della Motta - Ribeirão Preto, 2024.

42p.

Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em História, Cultura e Sociedade do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Yuri Araújo Carvalho

1. Transição 2. Política 3. Ribeirão Preto I. Carvalho, Yuri Araújo II. Título

CDU 94(81)

Bibliotecária Responsável: Maria Gabriela F. Cobianchi CRB8 9914

GUSTAVO AVEIRO DELLA MOTTA

**A TRANSIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO NOVO PARA A QUARTA REPÚBLICA EM
RIBEIRÃO PRETO, SP (1934-1951)**

Trabalho de conclusão de curso de História,
Cultura e Sociedade do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de
especialista.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Me. Yuri Araujo Carvalho

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Gustavo Aranha Portela

Liceu Albert Sabin – Ribeirão Preto

Me. Rodrigo de Andrade Calsani

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2024

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria José e Inácio, pois sem eles eu não seria o que sou.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador professor Yuri Araújo Carvalho por sua ajuda e seus apontamentos durante a elaboração do presente trabalho. Sem ele, essa pesquisa não chegaria ao papel.

Agradeço também aos coordenadores do curso, professores Rafael Cardoso de Mello e Lucas Augusto Rosa, bem como à banca examinadora e todo o corpo docente do curso.

Agradeço ainda aos colegas de curso pelo companheirismo nas jornadas de sábado nesse ciclo de pós-graduação.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

(Karl Marx)

RESUMO

A transição entre períodos revela como diferentes grupos de poder organizaram-se no tabuleiro do jogo político para a formação de uma nova ordem, além do surgimento de novos grupos de interesse. Esse trabalho tem como objetivo compreender a trajetória política da cidade de Ribeirão Preto durante a transição entre os períodos históricos denominados de “Estado Novo” e “Quarta República”. Para tal escolhemos as balizas temporais de 1934 (início do Governo Constitucional) a 1951 (ano de eleições municipais em Ribeirão Preto).

Palavras-chave: transição; política; Ribeirão Preto; Estado Novo; Quarta República.

ABSTRACT

The transition between periods reveals how different power groups organized themselves on the political game board to form a new order, in addition to the emergence of new interest groups. This work aims to understand the political history of Ribeirão Preto city during the transition between the historical periods called “Estado Novo” and “Quarta República”. To do this, we chose the time frames from 1934 (beginning of the Constitutional Government) to 1951 (year of municipal elections in Ribeirão Preto).

Keywords: transition; politics; Ribeirão Preto; Estado Novo; Quarta República.

LISTA DE SIGLAS

ACIRP	Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DAM	Departamento de Assistência aos Municípios
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PC	Partido Constitucionalista
PCB	Partido Comunista do Brasil
PD	Partido Democrático
PDC	Partido Democrata Cristão
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Paulista
PRP	Partido de Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SURGIMENTO E AUGE DO ESTADO NOVO (1934-1942)	14
1.1 Antecedentes do Estado Novo: o Governo Constitucional (1934-1937).....	14
1.2 Consolidação do Estado Novo (1937-1942)	17
1.3 Governo Provisório e Estado Novo em Ribeirão Preto (1934-1942).....	20
2 DECADÊNCIA E FIM DO ESTADO NOVO (1943-1945).....	23
2.1 A Conjuntura Internacional	23
2.2 Desgaste do Estado Novo e Deposição de Vargas.....	25
2.3 Fim do Estado Novo em Ribeirão Preto	29
3 ELEIÇÕES DE 1945 E CONSTITUIÇÃO DE 1946: UMA NOVA ORDEM POLÍTICA NASCE (1945-1950).....	31
3.1 As Eleições de 1945 e a Assembleia Constituinte de 1946	31
3.2 O Governo de Eurico Dutra (1946-1950)	33
3.3 Política de Ribeirão Preto a partir das eleições de 1945	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Ribeirão Preto ficou conhecida nacionalmente como “capital do café” durante o período conhecido como Primeira República, entre os anos 1889 e 1930, quando o café era o principal produto da economia brasileira. A cidade apresentou um crescimento considerável por conta da cafeicultura: grande incremento populacional advindo da imigração europeia, novos edifícios cuja arquitetura fizeram a cidade ser chamada de “*Petit Paris*”, novas sociabilidades reguladas pelos Códigos de Posturas, tudo isso sob o fenômeno político e social do coronelismo. Pesquisas acadêmicas sobre a cidade nesse período histórico são, portanto, abundantes.

No entanto, julgamos que menor atenção é dada ao estudo de Ribeirão Preto nos períodos posteriores que envolveram a “Era Vargas”, entre 1930 a 1945, bem como a Quarta República¹ a partir de 1945.

Do ponto de vista da historiografia nacional existem inúmeras obras analisando os fatores que causaram o fim da Primeira República, bem como diversas interpretações e teorias sobre o movimento que a derrubou e instituiu um novo período histórico, a Era Vargas. Esse evento recebeu, inclusive, uma nomenclatura própria: a Revolução de 1930. Há diversos debates em torno do tema: o termo correto para tratá-la seria revolução ou golpe? Foi um movimento que envolveu majoritariamente as classes urbanas? Houve a participação de uma nascente burguesia industrial nacional? (Fausto, 2010).

Por outro lado, não percebemos a mesma atenção em relação ao final da Era Vargas e à deposição de Getúlio Vargas pelos militares em 1945. Julgamos não serem numerosos os debates e teorias desenvolvidas sobre o tema que representou a transição para um novo período histórico: a Quarta República (1945-1964), também chamada de República Populista.

Surge daí a motivação para o presente trabalho: compreender os impactos do fim da Era Vargas e a transição para a Quarta República no cenário político de Ribeirão Preto. Procuramos, dessa forma, contribuir com estes temas menos deslindados pela historiografia.

Para lidar com essas duas esferas (nacional e local), realizamos um “jogo de escalas” transitando do macro ao micro. Ao olharmos para o micro, uma espacialidade recortada e reduzida, podemos compreender diferentes aspectos do todo. É possível observar como

¹ Período da história brasileira que abrange os anos entre 1945 e 1964. Damos preferência ao termo “Quarta República” ao invés de “República Populista” para evitar possíveis interpretações que o termo “populista” pode suscitar.

acontecimentos de importância nacional reverberaram em uma cidade do interior de São Paulo, no caso, Ribeirão Preto. Sobre a ideia de escala, Lepetit (1996) afirma:

[...] mais do que uma relação de similitude com o real, a escala designa uma redução dele. Ela exprime uma intenção deliberada de visar um objeto e indica o campo de referência no qual o objeto é pensado. A adoção de uma escala é antes de mais nada a escolha de um ponto de vista de conhecimento (Lepetit, 1996, p. 94).

O autor afirma ainda que:

[...] nenhuma escala desfruta de um privilégio especial. Os macrofenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais (ou inversamente): não há hierarquia entre eles. As representações em diferentes escalas não são projeções de realidade que se encontrariam por detrás delas. [...] Assim, a multiplicação controlada das escalas de observação é suscetível de produzir um ganho de conhecimento do momento em que se postula a complexidade do real (Lepetit, 1996, p. 100).

Em relação aos autores com os quais dialogamos, há um grupo quando abordamos a escala geral e outro quando voltamos à escala local. No primeiro grupo, intelectuais como Boris Fausto, Edgar Carone, Marcos Napolitano e diversos autores que contribuíram para os volumes 2 e 3 da coleção “O Brasil Republicano” foram fundamentais para a realização da pesquisa. No outro grupo (escala local), tivemos como interlocutores Thomas Walker, Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa, José Antônio Correia Lages, autores que participaram da obra “Nas páginas das cidades”, bem como registros das legislaturas produzidas pela Câmara Municipal.

Em relação à metodologia, adotamos o uso da revisão bibliográfica, reunindo e dialogando com autores que produziram pesquisas de peso sobre os temas abordados. Compartilhamos da ideia que:

Ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do ponto zero. O mais comum é qualquer trabalho ou esforço de reflexão científica a partir de conquistas ou questionamentos que já foram levantados em trabalhos anteriores. [...] A revisão da literatura já existente sobre determinado assunto poderá contribuir precisamente para apontar lacunas que o pesquisador poderá percorrer de maneira inovadora. [...] Ao se elaborar esta revisão da literatura a partir de um espírito crítico poderão surgir ainda retificações, contestações, relocalizações do problema (Barros, 2011, p. 54-55).

Do ponto de vista teórico, o trabalho se encaixa no campo da História Política atualizada conforme definida por Falcon (1997), que aborda as manifestações do poder político em diferentes áreas de uma sociedade, ao contrário da História Política dita “tradicional”, do culto ao documento, às grandes personalidades e grandes eventos. A História Política que julgamos pertinente como forma de estudo da sociedade aborda temas como:

[...] o comportamento eleitoral das massas (eleições, eleitores, voto partidário); os processos de votação no Congresso e legislativos estaduais (fidelidade partidária, ideologias, clientelismo ou patronagem); biografias coletivas (grupos políticos e burocráticos); instituições políticas e burocráticas; [...] os sistemas políticos

(estruturas institucionais e funcionários); os agentes políticos (elites e massas); a dinâmica política (evolução dos regimes, reformas, revoluções) (Falcon, 1997, p. 124).

O recorte temporal adotado para a pesquisa abrange o governo constitucional de Getúlio Vargas com início em 1934 até a eleição municipal de 1951 em Ribeirão Preto e as primeiras legislaturas dos anos 1950.

Para abordar esse período, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo analisamos os fatores que levaram à criação do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937 e sua consolidação política. Em Ribeirão Preto, observamos a atuação de novos grupos políticos com o fim do coronelismo e o desempenho eleitoral de novos partidos.

O segundo capítulo aborda os fatores que contribuíram para a desagregação do Estado Novo na metade dos anos 1940, sob a conjuntura externa da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que alimentou o desgaste interno do regime. Com a abertura política mais próxima, analisamos a criação de partidos e a atuação da classe operária local nos anos finais da ditadura de Vargas.

Por fim, no terceiro capítulo observamos o desempenho de partidos e candidatos nas eleições gerais de 1945, a Assembleia Constituinte de 1946 e o governo de Eurico Gaspar Dutra. Analisamos o surgimento dessa nova ordem política pluripartidária avaliando as eleições e atuações de prefeitos e a distribuição das cadeiras na Câmara de vereadores de Ribeirão Preto até o começo dos anos 1950. Desejamos a todos uma boa leitura!

1 SURGIMENTO E AUGE DO ESTADO NOVO (1934-1942)

Este capítulo busca oferecer um panorama político sobre o contexto de surgimento do Estado Novo varguista, entre 1934 e 1937, desdobrando-se sobre seu auge, entre 1937 e 1942, tanto em âmbito nacional como local tendo como espaço de análise a cidade de Ribeirão Preto.

Para tal empreitada, utilizamos autores como Edgard Carone, o brasilianista Thomas Skidmore, Marcos Napolitano, entre outros, quando tratamos do cenário nacional, e Thomas Walker e Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa, quando tratamos do cenário local.

1.1 Antecedentes do Estado Novo: o Governo Constitucional (1934-1937)

O período que antecede o Estado Novo é chamado de Governo Constitucional, e abrange os anos de 1934 a 1937. Uma nova Constituição foi promulgada em 1934, visto que desde a Revolução de 1930, Getúlio Vargas governava o país sem uma Carta Magna por conta da dissolução da anterior (de 1891). As eleições para a Assembleia Constituinte ocorreram em 1933. Além da criação da Constituição em 1934, ficou decidido por eleição indireta que Vargas continuaria como Presidente da República até janeiro de 1938, quando estavam previstas eleições gerais (Fausto, 2006).

Sobre a Constituição de 1934, Skidmore aponta que:

A Constituição de 1934 era um produto híbrido. Como documento jurídico, concretizava em grau notável, tanto os ideais do liberalismo político quanto os do reformismo econômico. [...] mesmo a estrutura federal sendo ainda muito parecida com a da República Velha, havia agora garantias de eleições livres, asseguradas pelo Código Eleitoral de 1932 e pelo novo Tribunal Eleitoral, entidade federal com poderes para fiscalizar as eleições e efetuar a apuração dos votos e reconhecimento dos eleitos (Skidmore, 2007, p. 39-40).

Nesse contexto surgiram dois movimentos políticos antagônicos: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A AIB surgiu em 1932 como uma junção de diferentes grupos de extrema direita, e possuía fortes inspirações em movimentos fascistas europeus que estavam emergindo nos anos 1920 e 1930, principalmente na Itália e na Alemanha. As principais personalidades da AIB eram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, sendo o primeiro o líder supremo do movimento. Gustavo Barroso chegou a ocupar cargo de ministro durante o Estado Novo nos anos 1940 (Maio; Cytrynowicz, 2007).

A AIB atuou em diversas eleições entre os anos de 1933 a 1937, constituindo-se no primeiro movimento de massas em âmbito nacional em um período em que os partidos políticos eram de atuação estadual – com exceção do Partido Comunista do Brasil (PCB). O movimento chegou a ter entre 500 e 800 mil militantes e elegeu membros para a Assembleia Constituinte, vereadores, prefeitos e deputados estaduais e federais em todo o Brasil (Maio; Cytrynowicz, 2007).

As origens da ANL podem ser traçadas a uma movimentação de tenentes mais à esquerda que discordavam dos rumos tomados após a Revolução de 1930. Reunindo um diverso campo político, com liberais, comunistas e militares, a Aliança Nacional Libertadora foi formalizada em março de 1935. O ex-tenente (então convertido ao socialismo e membro do PCB) Luís Carlos Prestes foi colocado como presidente de honra do movimento (Vianna, 2007).

A escolha de Prestes como liderança da ANL poderia indicar uma profunda união de forças entre a nova sigla e o PCB, o que não é correto. As duas organizações possuíam uma concepção própria da disputa pelo poder político e da luta de classes. Os comunistas propunham a luta armada pela tomada do poder pelo povo, enquanto a ANL buscava uma moralização da política e a união de classes (Vianna, 2007).

Apesar do fértil momento político proporcionado pela Constituição de 1934 e os novos mecanismos que permitiam uma lisura eleitoral inédita, o sistema político começou a se fechar após o ano de 1935.

Depois de eleições tensas no estado do Rio Grande do Norte, em novembro de 1935 grupos de soldados se levantaram sublevados em oposição ao governador eleito na capital Natal. Os revoltosos, após tomarem o quartel, buscaram apoio dos comunistas e da ANL, que acabaram por ingressar no movimento. Fazendeiros do interior do estado e o governador eleito Rafael Fernandes conseguiram sufocar a revolta, que pensava-se ter sido iniciada pelo ex-governador Mário Câmara. Teve início o que ficou conhecido na historiografia como “Intentona Comunista” (Vianna, 2007).

Em Recife uma greve em uma companhia ferroviária ganhou a simpatia de comunistas locais, além de praças do exército. Quando estes souberam das movimentações que ocorriam em Natal, resolveram entrar em ação e iniciar um levante. Mais uma vez, o movimento foi debelado (Vianna, 2007).

Quando as notícias das movimentações no Nordeste chegaram ao Rio de Janeiro, Prestes e outras lideranças do PCB decidiram iniciar um levante na capital federal em apoio aos revoltosos de Natal e Recife como uma oportunidade para a Revolução, apesar das ordens de Vargas para o envio de tropas onde emergiram as revoltas. Como ocorrido em Natal e Recife,

no Rio de Janeiro o movimento não teve sucesso, sendo derrotado e dando início a repressões contra a esquerda. Comuns às revoltas nessas três localidades foram a desorganização, a baixa adesão popular e a falta de informações, visto que o movimento no Rio de Janeiro teve início quando os outros no Nordeste já haviam sido derrotados (Vianna, 2007).

Vianna (2007) questiona a interpretação de que as revoltas no Nordeste e no Rio de Janeiro seriam, em grande parte, orquestradas diretamente da União Soviética por meio da Internacional Socialista e ressalta o viés tenentista do movimento:

Os movimentos desencadeados em novembro de 1935 foram a última manifestação da rebeldia tenentista, o que se evidencia tanto nos objetivos do movimento quanto na forma de luta escolhida e, inclusive, na própria composição dos movimentos, cuja esmagadora maioria era de militares. Luís Carlos Prestes, o líder tenentista já convertido ao socialismo, possibilitou a unidade entre os tenentes revolucionários e o PCB (Vianna, 2007, p. 101).

Após os eventos de novembro de 1935, Vargas trabalhou com o Congresso para instaurar um “estado de sítio” e aumentar a repressão política para combater a “ameaça comunista”. Ao longo de 1936 líderes do PCB foram presos. A esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, alemã judia, foi deportada grávida para a Alemanha nazista (Skidmore, 2007).

Skidmore detalha a situação de repressão e fechamento da política:

Para todo o ano de 1936, a aquiescência do Congresso em legislar com poderes de emergência continuou inabalável. Quatro vezes durante aquele ano, o Congresso votou para ampliar o estado de sítio por noventa dias. A repressão se estendeu até mesmo a membros do Congresso: em março, um senador e quatro deputados foram presos, e em julho a Câmara concordou com seu julgamento. Em setembro, um novo Tribunal de Segurança Nacional foi aprovado pelo Congresso, dando a Vargas mais um instrumento para perseguir e reprimir a oposição (Skidmore, 2007, p. 44).

Mesmo em um cenário de aumento da repressão, os preparativos para as eleições de 1938 seguiram, mobilizando partidos e candidatos. Dois candidatos se destacavam. Um era Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo. Defensor do sistema de democracia liberal, contra “excessos” à direita e à esquerda, era membro do Partido Democrático em São Paulo e era apoiado por uma aliança política chamada União Democrática Brasileira (Skidmore, 2007).

José Américo de Almeida, da Paraíba, era outro candidato bem cotado. Era um ex-tenente e teve participação ativa na Aliança Liberal para as eleições de 1930 a qual apoiou a candidatura de Getúlio Vargas contra Júlio Prestes (Skidmore, 2007).

Correndo por fora na disputa, a AIB lançou em 1937 a candidatura de seu líder, Plínio Salgado, diante da indecisão estratégica de Vargas em não sinalizar um apoio claro a qualquer candidato (Skidmore, 2007).

Ao longo do ano de 1937, e conforme se aproximavam as eleições, o Congresso não se dobrou tão facilmente a Vargas para a renovação do estado de sítio, o que acontecia sem entraves desde a derrota da “Intentona Comunista” dois anos antes. Com a libertação de prisioneiros políticos à esquerda e seus consequentes enfrentamentos contra membros da AIB, o cenário de instabilidade social estava de volta no segundo semestre de 1937 em meio à campanha eleitoral. Diante dessa situação, entrou em cena o Exército.

O General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra desde 1936, e o General Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior desde meados de 1937, atuaram isolando opositores a Vargas em diversos estados, e tiveram papel na garantia do golpe que instituiu o Estado Novo (Skidmore, 2007).

Em setembro de 1937 a razão maior para um golpe de estado veio à tona. Um plano de uma suposta revolução comunista que estava sendo preparada para ocorrer no Brasil foi entregue pelo Capitão Olímpio Mourão Filho ao General Góes Monteiro. O documento falsificado ficou conhecido como Plano Cohen. Esse plano foi forjado por membros do integralismo, e o nome fazia referência ao revolucionário húngaro Béla Kuhn (Napolitano, 2020). A partir de então, opositores ao governo deixaram o país (Flôres da Cunha do Rio Grande do Sul fugiu para o Uruguai) e iniciou-se o esboço de uma nova Constituição (Skidmore, 2007).

Ignorando os apelos de Sales Oliveira, as Forças Armadas bancaram as movimentações de Vargas, justificando-se que as disputas políticas representavam um perigo à unidade nacional. Em 10 de novembro de 1937, o presidente anunciou à nação o golpe que pôs fim à experiência constitucional iniciada em 1934 e às eleições que deveriam ocorrer em 1938. O Congresso já havia sido fechado (Skidmore, 2007).

Logo em 2 de dezembro todos os partidos políticos foram suprimidos e tornaram-se entidades culturais ou beneficentes, sem atuação política alguma. Tinha início o Estado Novo.

1.2 Consolidação do Estado Novo (1937-1942)

Com a repressão aos movimentos de esquerda, o golpe de 10 de novembro e a instauração do Estado Novo, os integralistas imaginaram que teriam lugar no novo modelo de governo de Vargas. Percebendo que a AIB e seu líder Plínio Salgado não teriam espaço na composição do governo, elementos integralistas revoltaram-se em maio de 1938 com o apoio de alguns poucos militares para tomar o Palácio Guanabara. A revolta fracassou e, dessa forma,

o movimento integralista foi suprimido. Plínio Salgado partiu para o exílio e o governo conseguiu reforçar-se politicamente (Carone, 1976).

Em São Paulo, estado com um histórico antivarguista, o golpe de 10 de novembro foi recebido cordialmente pelo Partido Republicano Paulista (PRP), de acordo com telegrama enviado a Vargas no dia 12 por sua Comissão Diretora:

Fiel às suas tradições, e decidido a concorrer, pelo seu esforço, para que continue a República, a salvo dos movimentos subversivos que a ameaçam, acata, com defectível lealdade de suas atitudes, a nova Constituição e as reformas introduzidas no regime. Confia no patriotismo do governo federal e das classes armadas para sua boa execução, assegurada a ordem pública e social dentro da qual possa a nação realizar os seus grandes destinos (Carone, 1976, p. 259-260).

Embora exercesse forte influência em São Paulo e na política nacional durante a Primeira República (1889-1930), com o advento da Revolução de 1930 o PRP perdeu força e tornou-se oposição no estado, visto que o chefe do executivo estadual era José Cardoso de Mello Neto, do Partido Democrático (PD), adversário político do PRP. Com esse movimento, o PRP buscou aproximar-se de Vargas, mas sem sucesso. Em abril de 1938, Mello Neto deixou o cargo e, em seu lugar, foi nomeado Ademar de Barros, também advindo do PD e ex-candidato nas eleições abortadas de 1938 (Napolitano, 2020).

A centralização política do Estado Novo teve seu simbolismo em uma cerimônia pública em que as bandeiras dos estados foram queimadas. Dessa forma, passou-se a mensagem de que chegavam ao fim as divisões internas entre oligarquias estaduais para um novo começo de uma nação integrada em um ufanismo propagado pelo governo (Skidmore, 2007).

Vargas foi capaz de aprimorar a centralização política do Estado com o fechamento do Congresso. Para a tomada de decisões, eram consultados os ministros do governo, verdadeiro núcleo duro do Estado Novo. De março de 1938 a junho de 1941, não houve uma só troca de ministros por parte do chefe do Executivo (Fausto, 2006).

A centralização política também teve reflexos nas relações entre estados e municípios, e entre estes e o governo federal. Da mesma forma que os partidos políticos foram castrados politicamente, os nomeados para exercerem os cargos de governadores e prefeitos não possuíam, de forma geral, projetos políticos elaborados, constituindo-se em meros burocratas oligarcas a serviço do executivo federal (Carone, 1976).

Elementos auxiliares da centralização política de Vargas (além da perseguição política) foram a censura e a propaganda. Para organizá-los, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. Esse órgão foi responsável pela censura em diversas

áreas como rádio, cinema, imprensa nacional e estrangeira, bem como obras literárias (Fausto, 2006).

Por meio da propaganda, o Estado Novo produziu nova versão da história do Brasil e sobre sua própria história:

No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a consequência lógica da Revolução de 1930. Fazia um recorte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil aos tempos modernos (Fausto, 2006, p. 376).

Como forma de reorganizar a burocracia e a administração federal, o governo criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), com a responsabilidade não só de controlar a administração federal, mas também as unidades federativas por meio dos interventores (Napolitano, 2020).

Um exemplo de como as atribuições do governo federal foram incrementadas durante o Estado Novo em relação à Primeira República, foi a criação de diversos órgãos responsáveis pelo planejamento estatal. Alguns dos órgãos criados eram: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conselho Nacional do Petróleo, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, entre outros (Napolitano, 2020).

Para conquistar apoio popular, Vargas voltou suas atenções para os trabalhadores com uma política trabalhista nunca antes vista no Brasil, com vistas a controlar a classe operária e evitar sua conversão aos movimentos socialistas, comunistas e anarquistas

No período do Estado Novo foram criadas a Justiça do Trabalho em 1939, o salário-mínimo em 1940 e o ápice na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que instituiu uma série de leis trabalhistas. Por outro lado, como forma de enfraquecer os sindicatos de trabalhadores independentes, o governo Vargas apenas permitia o funcionamento de sindicatos oficiais controlados pelo Ministério do Trabalho (Napolitano, 2020). Por conta de sua política trabalhista, Vargas passou a ser conhecido como “pai dos pobres”.

Procuramos estabelecer um panorama político do surgimento e consolidação do Estado Novo até 1942. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, as fundações do Estado Novo sofreram abalos, tema este que será tratado nos capítulos posteriores.

1.3 Governo Provisório e Estado Novo em Ribeirão Preto (1934-1942)

A primeira constatação que pode ser feita no que diz respeito à situação política de Ribeirão Preto durante os anos 1930 é a redução do fenômeno político do coronelismo, fundamental durante o período da Primeira República (1889-1930) na cidade. Walker e Barbosa asseveram:

[...] o fato de o coronelismo, e outros padrões de papéis associados a ele, terem sido relativamente destruídos. Os papéis políticos já não eram mais definidos da maneira hierarquicamente tradicional. O surgimento de um sistema competitivo de partidos, a instituição do voto secreto, e a acentuação do caráter urbano e economicamente diversificado do município tornaram impossível a manutenção daquele sistema [...]. O papel do chefe político era, portanto, algo do passado (Walker; Barbosa, 2000, p. 85).

É perceptível a queda de influência que o município teve junto ao governo federal em comparação aos tempos áureos do café. Essa perda de influência também está relacionada com a falta de autonomia das cidades, muito por conta do Departamento de Assistência aos Municípios (DAM), um órgão centralizador submetido ao governo do estado (Walker; Barbosa, 2000).

As eleições que ocorreram durante o Governo Provisório foram para as Assembleias Constituintes federal (em 1933) e estadual (em 1934); para deputados federais (em 1934) e estaduais em (1936); e para vereadores e juízes de paz (também em 1936). Diferentemente das eleições durante a Primeira República, desta vez o voto era secreto e contou com a participação de mulheres – porém, analfabetos ainda continuavam afastados do processo eleitoral. Como consequência, a participação da população nas eleições, em comparação com o período anterior, saltou de 5% para 10% (Walker; Barbosa, 2000).

Mesmo com a redução de sua capacidade de influência política, alguns poucos representantes de Ribeirão Preto conseguiram ocupar cargos importantes, como Albino de Camargo Netto, que foi eleito deputado estadual em 1936, João Alves Meira Júnior, eleito deputado federal em 1934 e Hector Macedo Bittencourt, também eleito como deputado federal em 1934 (Walker; Barbosa, 2000).

Com relação aos partidos políticos, os mais relevantes na cidade eram o tradicional Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD), o Partido Constitucionalista (PC) e a AIB (Ação Integralista Brasileira). Havia, ainda, o Partido Comunista do Brasil (PCB), mas este encontrou dificuldades por conta da Intentona Comunista de 1935, como veremos adiante (Walker; Barbosa, 2000).

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa (1997) aponta para a diminuição de representantes na Câmara Municipal ligados à cafeicultura e a emergência de pessoas ligadas ao comércio e indústrias, bem como profissionais liberais, o que poderia indicar uma mudança do eixo econômico de Ribeirão Preto após a Crise de 1929.

Este apontamento proposto por Rosa vai ao encontro do que foi indicado também por Thomas Walker (2000). Segundo este autor, a cafeicultura não estava mais no topo dos interesses das elites locais, abrindo espaço para o empresariado urbano mais voltado ao setor de serviços. Essa metamorfose econômica deixou vestígios no espaço físico da cidade, já que nos anos 1930 a casa do falecido coronel Quinzinho Junqueira, localizada na esquina das ruas General Osório e Álvares Cabral, foi demolida para dar lugar ao Edifício Diederichsen, voltado ao setor do comércio e serviços.

Outra consequência do declínio da elite cafeeira na cidade foi o fortalecimento do movimento operário na forma de sindicatos. Por conta da atuação do recém-criado Ministério do Trabalho, proliferaram sindicatos das mais diversas áreas até o fim do Estado Novo em 1945. Como exemplo temos o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cervejas e de Bebidas em Geral, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, o Sindicato dos Empregados Hoteleiros, entre outros, além da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que já atuava desde os anos 1920 (Walker; Barbosa, 2000).

O movimento operário ribeirão-pretano tinha de contentar-se com a existência dos sindicatos legalizados pelo governo federal, visto que a atuação dos comunistas era cerceada pela repressão e ilegalidade.

Para a atuação em eleições, os comunistas locais, ligados ao PCB, integraram o Partido Socialista Brasileiro (PSB). O PSB participou da eleição de André Veríssimo Rebouças como prefeito durante o ano de 1933, e André Alves Passig que concorreu às eleições para a Assembleia Constituinte no mesmo ano (Rosa, 1997).

Em relação aos desempenhos eleitorais dos partidos entre 1934 e 1937, os protagonistas foram o tradicional PRP e o emergente PC. O Partido Constitucionalista (PC) foi criado em 1934 e contou com a adesão de importantes figuras políticas da cidade, como o ex-prefeito João Rodrigues Guião, João Alves Meira Júnior e Agosto Junqueira, representante da tradicional família da região (Walker; Barbosa, 2000).

O PC era favorito para as eleições municipais de 1936, porém, por conta de impasses entre seus integrantes, não se preparou para o pleito. Dessa forma, o PRP conquistou a maioria dos votos com 51,52%, dando ao partido o controle da Câmara Municipal. O PC conquistou 38,76% enquanto a AIB obteve 9,71% dos votos (Walker; Barbosa, 2000).

Walker e Barbosa (2000) narram a saga para a escolha do prefeito em 1936. Como obteve a maior bancada de vereadores, cabia ao PRP a escolha do novo prefeito entre os seus vereadores eleitos. Houve intensa disputa entre os partidários do ex-prefeito Camilo de Moraes Mattos e Alcides de Araújo Sampaio. Para apaziguar as disputas, foi escolhido Thomaz Alberto Whately para o cargo, porém, por poucos meses devido à sua saúde. A saída foi a escolha de Fábio Barreto para o cargo de prefeito, posto que ocupou de 1936 até 1944.

Com o golpe em 10 de novembro de 1937, o sistema político se fechou e os prefeitos municipais passaram a ser escolhidos por Vargas. Getúlio manteve Fábio Barreto como prefeito de Ribeirão Preto durante praticamente todo o período do Estado Novo, indicando uma relação amistosa entre os dois. Inclusive, Vargas visitou a cidade em 1938 com uma grande recepção da população, indicando que tanto o chefe do executivo nacional, quanto os políticos locais adaptaram-se aos novos tempos (Walker; Barbosa, 2000).

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, críticas ao Estado Novo tornaram-se constantes, desafiando a censura organizada pelo DIP. Essa tendência também foi recorrente na imprensa de Ribeirão Preto, com críticas não apenas a Getúlio Vargas, mas também à administração municipal de Fábio Barreto, antecipando, assim, novas mudanças na política nacional e local.

2 DECADÊNCIA E FIM DO ESTADO NOVO (1943-1945)

Neste capítulo resumiremos os fatores que levaram ao desgaste do Estado Novo, tanto externamente como internamente, bem como o seu fim com a deposição de Vargas da presidência da República em 1945, cargo este que ocupava desde 1930.

Em âmbito municipal, a longa administração de Fábio Barreto (iniciada em 1936) a frente da Prefeitura de Ribeirão Preto começou a sofrer desgastes e questionamentos na imprensa e por figuras políticas locais, resultando em sua saída do cargo em 1944.

2.1 A Conjuntura Internacional

Antes de abordarmos a situação política do Estado Novo após 1942, faz-se necessária a compreensão do contexto internacional daquele período, visto que houve profundas influências na política brasileira.

Desde 1939 o mundo vivia os horrores da Segunda Guerra Mundial, que tinha entre os principais combatentes Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética formando o grupo dos Aliados, contra Alemanha, Itália e Japão formando o Eixo. O Brasil, inicialmente, adotou uma postura de neutralidade, mantendo relações diplomáticas com países de ambos os lados do conflito. A Alemanha nazista era, inclusive, uma das principais parceiras econômicas do Brasil naquela época (Napolitano, 2020).

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra após os ataques japoneses à base norte-americana de Pearl Harbour em 1941, cresceu, inclusive entre membros do governo, a posição de que o Brasil deveria romper relações diplomáticas com a Alemanha e buscar um alinhamento com os Estados Unidos e Inglaterra integrando, assim, o grupo dos Aliados (Carone, 1976).

Em janeiro de 1942, conforme apontado por Napolitano (2020), o Brasil, enfim, rompeu com a Alemanha e aderiu ao lado dos Estados Unidos. Como resultado da barganha pelo seu apoio, o Brasil obteve dos Estados Unidos o financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (Companhia Siderúrgica Nacional).

Nos meses seguintes, vários ataques alemães afundaram navios brasileiros no Atlântico, causando grande comoção popular. Diante disso, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo e iniciou as preparações para a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o ápice da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, além de um grupo de aviação que deu origem, posteriormente, à Força Aérea Brasileira (FAB) (Carone, 1976).

Após dificuldades no processo de recrutamento de soldados entre a população brasileira e meses de treinamento junto ao exército norte-americano, a FEB entrou em ação em 1944 com o envio de cerca de 25 mil homens para o teatro de operações na Itália. Essa foi a forma de o Estado Novo demonstrar seu compromisso com as “democracias ocidentais” e se afastar de suas similaridades com o nazifascismo. Como consequência, a influência estadunidense aumentou consideravelmente entre os oficiais brasileiros (Napolitano, 2020).

O alinhamento aos Estados Unidos, a declaração de guerra à Alemanha e a efetiva participação na guerra ao lado dos Aliados tiveram fortes impactos na conjuntura interna do Brasil na metade da década de 1940, tanto no governo quanto na sociedade civil.

Houve uma divisão na cúpula ministerial do Estado Novo em que alguns ministros possuíam tendências a se alinharem à Alemanha (germanófilos), e outros apoiavam as aproximações com os Estados Unidos. Como exemplos do primeiro grupo estavam Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro. Osvaldo Aranha, ministro das Relações Internacionais, era um exemplo do segundo grupo (Carone, 1976).

Ao mesmo tempo, ocorreu uma série de protestos e manifestações entre a sociedade civil, capitaneados por grêmios e centros estudantis ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) contra o nazifascismo e que, gradualmente, também miravam no Estado Novo, demandando uma abertura democrática e o retorno de eleições regulares. Cabe ressaltar que a UNE foi criada em 1937, meses antes do golpe que instaurou a ditadura de Vargas (Carone, 1976).

Diante deste cenário de crescente instabilidade, Vargas pronunciou um discurso em 10 de novembro de 1943, portanto no aniversário de 6 anos do golpe em 1937, rechaçando os protestos e o fim do regime:

Em circunstâncias assim difíceis, necessitando antes de tudo de estabilidade interna para garantir-nos lugar condigno entre as nações vitoriosas, seria erro e crime agitar a Nação. Por isso mesmo, o Governo não vacilará em reprimir quaisquer tentativas de perturbação estéril. A hora é de união, e para mantê-la não hesitaremos em usar meios enérgicos (Vargas, 1943 *apud* Carone, 1976, p. 306).

A data de 10 de novembro de 1943 não foi escolhida à toa por Vargas para o discurso logo acima. De acordo com a Constituição outorgada em 1937, 6 anos após o golpe deveria ser realizado um plebiscito como forma de confirmação popular à Constituição e à posição de Vargas como presidente, prazo esse que terminava justamente na data em que o discurso foi pronunciado (Carone, 1976). Dessa forma, Vargas utilizou o estado de guerra contra a Alemanha nazista como justificativa para a não realização da consulta popular, causando

alvoroço entre a oposição conforme apontado no “Manifesto dos Mineiros”, em que a necessidade de democratização era ressaltada (Napolitano, 2020).

Como forma de enfrentar as críticas ao governo, Vargas aprofundou sua política voltada aos trabalhadores visando uma base de apoio para torná-lo um líder popular, um verdadeiro “pai dos pobres”.

Ainda em 1943 foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que buscava trazer garantias aos trabalhadores, como férias, descanso semanal, melhores condições de trabalho em geral, mas, por outro lado, visava controlar organizações (como os sindicatos) por meio do Ministério do Trabalho (Napolitano, 2020).

É comum a afirmação de que a legislação trabalhista adotada por Vargas tinha inspiração no fascismo italiano. Sobre isso, Marcos Napolitano aponta que

Para muitos historiadores, a CLT foi inspirada na *Carta del Lavoro* do fascismo italiano, mas novas pesquisas têm demonstrado que as fontes de inspiração da CLT foram diversas, com alguns pontos inspirados na legislação de defesa do trabalhador proposta por partidos e governos social-democratas (Napolitano, 2020, p. 158).

2.2 Desgaste do Estado Novo e Deposição de Vargas

Durante o ano de 1944 começaram a surgir candidaturas para eleições presidenciais que ainda nem haviam sido marcadas para acontecer. A oposição liberal concentrou-se em torno do brigadeiro Eduardo Gomes, ainda sem partido, enquanto Vargas esperava o desenrolar dos acontecimentos para anunciar sua intenção de continuar no poder, ou, um candidato para receber seu apoio.

A partir da entrevista concedida pelo ex-ministro de Vargas, José Américo de Almeida, ao jornal “Correio da Manhã” em fevereiro de 1945 – que representou um desafio ao DIP e mostrou seu esgotamento – as movimentações por eleições, assembleia constituinte e democratização tornaram-se o tema principal da opinião pública durante o ano. Nessa entrevista, José Américo teceu críticas a Vargas, sua excessiva propaganda e a suposta ineficiência de sua legislação trabalhista (Ferreira, 2003).

No mesmo mês de fevereiro, o governo, percebendo o fortalecimento da oposição, cedeu e lançou o Ato Adicional nº 9, que previa a realização de eleições. Mais tarde, a data das eleições presidenciais e legislativas foi marcada para dezembro de 1945. Vargas poderia se candidatar caso deixasse o cargo antes do pleito, porém, fazendo jus a sua estratégia política, não se pronunciou sobre o assunto e apenas observava o desenrolar dos acontecimentos (Napolitano, 2020).

Em abril a oposição que já gravitava em torno do brigadeiro Eduardo Gomes criou a União Democrática Nacional (UDN), cuja razão de existir era a oposição ao varguismo. Seus principais quadros eram intelectuais, classes médias urbanas, a imprensa e oficiais das Forças Armadas, o que deixava o partido com uma imagem mais elitista (Ferreira, 2003).

Embora no início o partido tenha agrupado diferentes correntes ideológicas, sobressaíram-se o grupo liberal e os conservadores adeptos do moralismo político:

Dessa forma, foi pela prática da crítica contumaz a Getúlio e ao getulhismo, incluído símbolos, realizações e pregações que o udenismo se relacionou com Vargas. Uma relação ditada pela crítica e negação dos udenistas a tudo que se vinculasse ao presidente. Uma negação, na sua essência, contraditória, pois, ao negar, reconhecia (Delgado, 2003, p. 137).

No mês seguinte à fundação da UDN, o governo regulamentou a criação de novos partidos. A chamada “Lei Agamenon” estipulava as condições para a oficialização dos partidos, entre as quais constavam o registro em cinco estados no mínimo, referendo de pelo menos 10 mil eleitores e personalidade jurídica junto ao Código Civil. Dessa forma, tinham fim os partidos estaduais que controlavam a política em seus respectivos estados durante a Primeira República (1889-1930) (Delgado, 2003).

Seguindo essa lei, em 1945 surgiram os partidos que foram protagonistas no jogo político nacional até o golpe civil-militar em 1964.

Em resposta às movimentações da oposição, os interventores nos estados e membros da administração pública (contando com o apoio de Vargas) criaram o Partido Social Democrático em julho de 1945. O PSD possuía capilaridade junto aos interventores federais nos estados, algumas oligarquias estaduais e entre a classe média. Por contar com a máquina do Estado, seus representantes desfrutavam de grande força eleitoral, o que foi evidente durante o período entre 1945 e 1964 (Delgado, 2003). Ainda de acordo com Delgado:

As bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e [...] nas interventorias na esfera estadual. [...] Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes da sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação (Delgado, 2003, p. 139).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), surgido em maio de 1945, contou com o apoio de sindicatos e do Ministério do Trabalho e possuía capilaridade entre os operários urbanos. Como a própria nomenclatura indica, o PTB representava as conquistas do trabalhismo de Vargas e concentrava os maiores focos de apoio ao presidente. Por seu compromisso com os

direitos trabalhistas, era visto como o partido mais popular em comparação com o PSD e a UDN (Delgado, 2003).

Fazendo um pequeno balanço entre os três partidos surgidos em 1945, Delgado (2003) aponta que o PTB:

[...] foi o partido que apresentou programa mais nítido e bem definido quanto a metas e projetos, incluindo questões de ordem política e econômica além de proposições de forte cunho social. A inclusão de questões sociais na sua plataforma programática foi, sem dúvida, um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964 (Delgado, 2003, p. 141).

Se, por um lado, os movimentos de oposição a Vargas articulavam-se em prol de abertura política e eleições, os movimentos de apoio a Getúlio não ficaram para trás. Durante o ano de 1945, ocorreu uma série de manifestações populares de apoio ao presidente pedindo sua continuidade no cargo. Essas manifestações criaram o fenômeno que ficou conhecido como “queremismo” (Ferreira, 2003).

O apoio popular que Vargas recebeu nesse contexto de abertura política pode ser explicado pelo receio dos trabalhadores de que o processo de abertura política liderado pela oposição colocaria em risco os direitos trabalhistas e os avanços sociais alcançados durante o Estado Novo (Ferreira, 2003).

Desde o início do “queremismo” em abril de 1945, o movimento recebia apoio discreto tanto do DIP quanto do Departamento Nacional do Trabalho, órgão pertencente ao Ministério do Trabalho relacionado também com membros do PTB. Houve apoio também de empresário ligados a Vargas, bem como da imprensa getulista que popularizou o slogan “nós queremos Getúlio”, do qual derivou a expressão “queremismo”. Assim, foram organizados comícios a favor de Vargas, bem como confrontos em manifestações das oposições ao presidente, principalmente as da UDN (Ferreira, 2003).

Trabalhadores de todo o Brasil enviaram telegramas declarando seu apoio a Vargas e suas realizações. Representante da Companhia de Fiação e Tecelagem de Pelotas, Nelson Siqueira aponta a sua percepção das condições de vida do operário antes e depois de Vargas: “que era o operário antes de 30? Escravo. Operário não tinha casa para morar, rua para andar quando políticos não perseguiram; não tinha férias, estabilidade, segurança contra acidentes e nem instituto de previdência para ampará-lo” (Ferreira, 2003, p. 28).

Curiosamente, encontramos um telegrama de um certo José A. Resende de Ribeirão Preto que declarou que “humilde trabalhador votará em vosso nome em pagamento da dívida de gratidão ao grande benemérito do Brasil” (Ferreira, 2003).

Os partidos tiveram que lidar com o queremismo. Enquanto a UDN representava o alvo dos queremistas, PSD, PTB e PCB tiveram relações diferentes com o movimento.

O PSD, partido governista, lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra para as eleições de dezembro; porém, por ser um nome fraco junto ao eleitorado, o partido promoveu propaganda eleitoral como se o candidato fosse Vargas e não Dutra (Ferreira, 2003).

O PCB, por meio da liderança de Luís Carlos Prestes, lançou a ideia da realização de uma Assembleia Constituinte antes das eleições. Assim surgiu o slogan “Constituinte com Getúlio”. Essa seria uma forma de democratização mais “controlada”, em que os avanços sociais do varguismo seriam preservados contra a oposição liberal representada pela UDN (Ferreira, 2003).

Por sua vez o PTB encontrava-se numa encruzilhada. Como partido governista deveria selar aliança com o PSD e apoiar a candidatura de Dutra. Porém, vários membros do partido eram adeptos da continuidade de Vargas na presidência e encabeçavam o queremismo (Ferreira, 2003).

Com a derrota do nazifascismo no cenário da Europa na Segunda Guerra Mundial, os “pracinhas” da FEB retornaram ao Brasil em agosto de 1945. Vargas recebeu os soldados em seu desembarque no Rio de Janeiro e, ao contrário do que imaginava a oposição, o presidente angariou o apoio dos combatentes recém-chegados e em seguida saíram em desfile pelas ruas da cidade. Setores da UDN imaginavam o desfecho da Segunda Guerra Mundial como a vitória da democracia sobre o fascismo, cujo representante no Brasil seria o Estado Novo. Logo, seria lógico que as tropas demonstrassem seu apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes; porém, ocorreu justamente o contrário (Ferreira, 2003).

A oposição temia um “autogolpe” de Getúlio para continuar no poder, semelhante ao ocorrido em 1937 que inaugurou o Estado Novo, enquanto Vargas usava sua tática de esperar as movimentações a sua volta até que resolveu tomar uma atitude que contribuiu fortemente para sua deposição.

No fim de outubro de 1945, Getúlio resolveu nomear seu irmão Benjamim Vargas como chefe do departamento de Polícia do Distrito Federal no lugar de João Alberto, que não estava nos melhores termos com os queremistas, tendo proibido algumas manifestações desse grupo (Napolitano, 2020).

Essa foi a deixa para as Forças Armadas entrarem em ação. Em 29 de outubro Góes Monteiro, com apoio de Eurico Dutra, apresentou um ultimato a Vargas exigindo a retirada de Benjamim da chefia da polícia. Getúlio não cedeu e aceitou sua deposição após quinze anos ininterruptos como ditador/presidente da República (Napolitano, 2020).

Após sua deposição pelas Forças Armadas, Getúlio emitiu uma nota oficial em que se lê:

Deixo o governo para que por minha causa não se derrame sangue brasileiro. Não guardarei ódios, nem prevenções pessoais. Sinto que o povo, ao qual nunca faltei no amor que lhe devoto e na defesa dos seus direitos, está comigo. Ele me fará justiça (Vargas, 1945 *apud* Napolitano, 2020, p. 170).

Com a deposição de Vargas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência da República até a posse do presidente eleito nas eleições de dezembro de 1945.

2.3 Fim do Estado Novo em Ribeirão Preto

Ribeirão Preto estava sob a administração do prefeito Fábio Barreto desde 1936. Seu governo ficou marcado pelos projetos de embelezamento da cidade e revitalização de parques e praças públicas. Seu maior feito foi a formação do Bosque Municipal nos Campos Elíseos que hoje leva o seu nome (Walker; Barbosa, 2000).

Em 1944, há oito anos como prefeito, Fábio Barreto começou a sofrer críticas da imprensa ribeirão-pretana, bem como de políticos como Camilo de Mattos e Thomas Alberto Whately. Essas críticas surgiam no momento da chegada de “ares democráticos” por conta da participação do Brasil na Segunda Guerra contra o Eixo (Walker; Barbosa, 2000). Imaginamos, porém, que existem outros fatores. Nesse mesmo período, a economia de Ribeirão Preto encontrava-se mais diversificada do que nos tempos áureos do café durante a Primeira República. Cabe lembrar que Fábio Barreto era próximo do coronel Quinzinho Junqueira (falecido em 1932) e, talvez, não estivesse satisfazendo os interesses dos novos líderes da economia local ou não possuísse habilidade política o suficiente para lidar com os novos tempos. Porém, julgamos que essa hipótese requer uma pesquisa mais aprofundada.

Fábio Barreto apresentou sua renúncia ao cargo em maio 1944 sendo sucedido por Alcides de Araújo Sampaio, que foi prefeito até novembro do mesmo ano.

Com as vacilações do DIP e o consequente arrefecimento da censura, os veículos de imprensa da cidade sentiram-se livres para publicar críticas ao governo e à figura de Getúlio, principalmente durante 1945. Conforme Romero y Galvaniz, Vargas foi frequentemente adjetivado nos jornais como “maquiavélico”, “ditador”, “ambicioso”, “imoral”, sempre com o julgo da moral cristã nas publicações dos jornais “A Cidade”, “A Tarde” e “Diário da Manhã” (Galvaniz, 2016).

Contudo, as publicações locais também rasgaram elogios ao presidente em momentos específicos, como durante a repressão aos comunistas após os eventos de 1935, e durante o esforço de guerra contra o Eixo na Europa (Galvaniz, 2016). Podemos perceber que as reações à figura de Vargas e suas políticas variavam conforme os interesses dos jornais.

O movimento operário local também esteve ativo nesse período. Após um momento difícil de repressão (principalmente após os levantes de 1935 e a formação do Estado Novo em 1937), os comunistas se reorganizaram na cidade entre 1941 e 1945, sempre gravitando em torno da UGT. Durante 1945, com o PCB legalizado pelo regime, ocorreram greves, comícios e manifestações em apoio a Vargas na cidade (Rosa, 1997). O partido defendia que uma Constituinte deveria ocorrer antes das eleições (portanto, durante o governo de Vargas), pois temiam um avanço golpista das forças conservadoras (principalmente a UDN) que revertesse conquistas sociais do período varguista (Prestes, 2021).

Um desses comícios aconteceu em junho de 1945. Nesse mês os comunistas locais programaram uma manifestação reunindo operários das cervejarias Antártica e Paulista na Praça XV. Funcionários do comércio também se juntavam aos manifestantes. Uma loja, a Casa Robin, não permitiu que seus funcionários acompanhassem a passeata, o que causou a ira dos manifestantes que invadiram a loja e saquearam suas mercadorias (Rosa, 1997).

Outro evento de destaque ocorrido no mesmo mês que merece ser mencionado foi a greve dos trabalhadores da Companhia Paulista de Força e Luz. No dia 15 de junho foi interrompido o fornecimento de energia em Ribeirão Preto e outras partes do estado. A ação foi um sucesso e os trabalhadores conseguiram aumentos em seus salários (Rosa, 1997).

Com a derrubada de Vargas em outubro de 1945, os preparativos para as eleições estavam a todo o vapor na cidade. Partidos foram organizados, candidatos foram escolhidos e comícios foram realizados, como veremos no capítulo seguinte.

3 ELEIÇÕES DE 1945 E CONSTITUIÇÃO DE 1946: UMA NOVA ORDEM POLÍTICA NASCE (1945-1950)

Neste capítulo, examinaremos o desfecho das eleições de dezembro de 1945, bem como a nova configuração política nacional sacramentada pela Constituição de 1946 (a quinta Constituição desde a Independência em 1822) e seus impactos na política de Ribeirão Preto.

O período iniciado em 1946 ficou conhecido na historiografia brasileira como “Quarta República”, ou ainda “República Populista”. Nesse período o Brasil sofreu os impactos do início da Guerra Fria, que teve suas consequências na política nacional.

Ribeirão Preto, por sua vez, experimentou neste período uma nova configuração política e econômica em que não existiram mais as figuras dos coronéis derivados da predominância do café. Por outro lado, um inédito multipartidarismo marcou as eleições locais.

3.1 As Eleições de 1945 e a Assembleia Constituinte de 1946

Com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro, Góes Monteiro contatou os candidatos mais bem cotados para as eleições, Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, e ambos concordaram que o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumisse a presidência de maneira interina até a posse do vencedor das eleições (Skidmore, 2007).

No curto período em que esteve na presidência, Linhares formou um novo gabinete, substituiu os interventores federais nos estados bem como suspendeu os mandatos dos prefeitos. Sua atuação, e de todo o poder Judiciário que teve profunda interferência no Executivo, foi endossada pela UDN, que via em sua atuação um governo técnico, “não político”, sem resquícios do getulismo num momento de eleições e elaborações da constituinte (Skidmore, 2007).

A candidatura de Dutra não parecia empolgar o eleitorado, enquanto Eduardo Gomes atraía setores das classes médias urbanas. Porém, a menos de uma semana das eleições, Vargas declarou seu apoio à Dutra, o que certamente representou um impulso em suas chances de ser eleito (Fausto, 2006).

Por fim, sob a presidência de José Linhares ocorreram as eleições gerais em 2 de dezembro de 1945. Os resultados foram os seguintes: Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo PSD, foi eleito com 55,39% dos votos; o brigadeiro Eduardo Gomes, concorrendo pela UDN, ficou em segundo com 35,74%; enquanto Yedo Fiúza, candidato lançado pelo PCB, conseguiu 9,7% dos votos ficando na terceira colocação (Ferreira, 2003).

Nas eleições para o Congresso, somando-se os cargos de deputados federais e senadores o desempenho dos partidos foi o seguinte: o PSD conquistou 151 cadeiras; a UDN 77; o PTB 22 e o PCB 15. Como podemos observar, os candidatos que compunham a base do varguismo tiveram um grande resultado e Dutra teve o apoio da maioria do legislativo para governar (Skidmore, 2007).

A participação da população no processo eleitoral aumentou proporcionalmente e em números absolutos em 1945 comparando-se com as eleições de março de 1930, as últimas em que o povo escolheu o presidente da República. Em 1930 participaram cerca de 1,9 milhão de eleitores (5,7% da população); em 1945 participaram 6,2 milhões (13,4% da população) (Fausto, 2006).

Conforme permitido pela lei eleitoral da época, Vargas concorreu aos cargos de senador e deputado em diversos estados. Conseguiu a vaga de senador pelo Rio Grande do Sul como filiado ao PSD (Fausto, 2006).

Realizadas as eleições, o passo seguinte para a “redemocratização” era a promulgação de uma nova Constituição, a quinta desde a Independência. Com a posse de Dutra em 31 de janeiro de 1946, os parlamentares eleitos no ano anterior (senadores e deputados) formaram a Assembleia Constituinte a partir de fevereiro e, em conjunto com estudiosos em legislação apontados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aprovaram a nova Carta Constitucional em setembro de 1946 (Skidmore, 2007).

Não foram assegurados o direito de voto aos analfabetos, além de que a influência do período de Vargas a frente da presidência se fez presente no novo texto constitucional já que o executivo continuava mais fortalecido do que durante a Primeira República. Ainda sobre a nova Constituição, Thomas Skidmore afirma que:

Como em 1934, ela englobava tanto as esperanças dos constitucionalistas liberais quanto as dos que eram favoráveis a um governo federal forte. Como em 1934, foram incluídos dispositivos destinados a assegurar eleições livres e direitos cívicos. Mas não houve retorno ao sistema descentralizado que vigorava antes de 1930. Na realidade, os representantes à Assembleia Constituinte de 1946 não faziam segredo da sua oposição a um renascimento da antiga “política dos governadores”. O executivo, muito ampliado, criado por Vargas, permaneceu virtualmente intacto. [...] O eleitorado foi formado com a exclusão dos analfabetos e dos convocados para as forças armadas. Esta exclusão de mais da metade do eleitorado brasileiro deveria ser mais tarde alvo de propósitos reformistas e aceso debate (Skidmore, 2007, p. 91).

3.2 O Governo de Eurico Dutra (1946-1950)

Logo em seu primeiro ano de governo, Dutra lançou uma lei para a regulamentação do direito de greve que restringia as paralisações pelos trabalhadores. O controle dos trabalhadores foi uma resposta aos bons números alcançados pelo PCB nas eleições entre 1945 e 1947 (Fausto, 2006). Ainda em 1946, Vargas rompeu politicamente com Dutra.

Como abordado anteriormente, o candidato à presidência pelo PCB, Yedo Fiúza, obteve quase 10% dos votos. Além disso, o partido conseguiu cadeiras no Congresso que permitiram-no participar da Constituinte em 1946. A votação em capitais e cidades importantes também foi expressiva (Silva; Negro, 2003).

Os comunistas brasileiros conseguiram aproveitar a onda de prestígio internacional vivida pela União Soviética na segunda metade da década de 1940 por conta de sua participação fundamental na derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial.

O PCB tornou-se a terceira maior bancada na Assembleia Legislativa de São Paulo após as eleições de janeiro de 1947 superando, inclusive, a UDN. O partido chegou a ter entre 180 mil e 200 mil filiados pelo Brasil (Fausto, 2006; Silva; Negro, 2003).

Como reação aos bons números obtidos pelo PCB nas eleições, em maio de 1947 o Supremo Tribunal Federal, baseado em uma interpretação da Constituição, cassou o registro do partido colocando-o na ilegalidade. Em seguida a essa decisão, o Ministério do Trabalho interveio em diversos sindicatos para fechar o cerco contra movimentos trabalhistas. Em janeiro de 1948 o processo de sufocamento do PCB ficou completo com as cassações dos mandatos de todos os senadores, deputados e vereadores eleitos pelo partido (Fausto, 2006).

O governo de Dutra sofreu o início das consequências da nova ordem bipolar pós Segunda Guerra Mundial: a Guerra Fria. O alinhamento do Brasil com os EUA teve suas consequências não só nas relações exteriores, como o rompimento de relações com a URSS (Visentini, 2003), mas também na política nacional com o endurecimento da repressão contra comunistas e sindicatos, conforme abordado anteriormente.

As Forças Armadas não escaparam da influência norte-americana. Em 1949 foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG) que cultivava em seus alunos militares os conceitos de “segurança nacional” bem como um alinhamento aos EUA e ao “Ocidente cristão”, em oposição ao “Império Universal da URSS” e ao comunismo (Martins Filho, 2003). Dessa forma, a ESG e o seu ideário contribuíram para uma divisão das Forças Armadas em duas correntes

chamadas por Martins Filho (2003) de “nacionalistas” e “antinacionalistas” ao longo da Quarta República. Segundo o autor:

A primeira [...] tinha como marca registrada a defesa da industrialização do país com características autônomas, posicionando-se de forma abertamente crítica contra o papel dos “trustes internacionais” e contra uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo grupo [...] defendia uma postura favorável tanto em relação à participação do capital estrangeiro na industrialização do país, quanto à aliança com os EUA nos quadros da guerra fria (Martins Filho, 2003, p. 112-113).

Conforme os anos passaram, tiveram início os preparativos para as eleições de 1950, e um novo candidato surgiu em São Paulo. Ademar de Barros iniciou a carreira política no PRP e foi interventor federal em São Paulo entre 1938 e 1941 durante o Estado Novo, demonstrando habilidade política para transitar entre diferentes setores políticos. Com a Quarta República criou um partido em torno de si para ser um novo ator de relevância na política nacional, o Partido Social Progressista (PSP) (Skidmore, 2007; Fausto, 2006).

Para as eleições de governadores em 1947, Ademar de Barros buscou o apoio dos comunistas (traindo-os em seguida quando da cassação do PCB) para angariar votos da classe operária e setores da classe média. A estratégia deu certo e Ademar foi eleito para o governo de São Paulo, período em que desenvolveu uma prática personalista e se envolveu em casos de corrupção, o que lhe rendeu o lema “rouba mas faz”, causando a oposição da UDN à sua figura visto que o partido prezava pela “moralização” da política (Fausto, 2006; Skidmore, 2007).

Contudo, Ademar de Barros não possuía envergadura para disputar as eleições presidenciais com chances de vitória, então, cedeu o seu partido, o PSP, como apoio à candidatura de Vargas nas eleições de 1950. O PTB também endossou o retorno do ex-presidente e foi o partido escolhido para sua candidatura (Skidmore, 2007).

Dutra, por sua vez, ainda penava para encontrar um sucessor, já que a reeleição não era permitida na época. Como o apoio a Vargas estava fora de cogitação por conta do rompimento entre os dois, a solução foi encontrada dentro do PSD. O escolhido foi o advogado mineiro Cristiano Machado, desconhecido fora de Minas Gerais. A UDN ainda insistiu mais uma vez na candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (Fausto, 2006).

As eleições foram realizadas em 3 de outubro de 1950. Os resultados foram: Vargas foi eleito com 48,7% dos votos; Eduardo Gomes ficou em segundo com 29,7%; por fim, o candidato de Dutra teve um mal desempenho ficando apenas em terceiro com 21,5% (Fausto, 2006). E assim, Getúlio Vargas havia retornado à presidência da República, dessa vez, legitimado pelo voto.

3.3 Política de Ribeirão Preto a partir das eleições de 1945

Os partidos recém-formados para as eleições em 1945 também tiveram suas células em Ribeirão Preto, dando início a era do pluripartidarismo na cidade. A UDN local foi constituída por Jorge Lobato (que logo deixou o partido para integrar o PR), Albino de Camargo Netto e Sebastião de Moura Bittencourt, todos ex-vereadores. O PSD tinha à sua frente Antônio Rodrigues da Silva e Alcides de Araújo Sampaio como figuras de destaque. O Partido Republicano (PR) foi formado por Antônio Uchôa Filho, Francisco Junqueira, Thomaz Alberto Whately e o já citado ex-udenista Jorge Lobato. Outro partido de menor expressão que atuava na cidade era o Partido Democrata Cristão (PDC) (Walker; Barbosa, 2000). Havia, portanto, seis partidos políticos surgidos ou “ressuscitados” ao início da Quarta República – além dos citados logo acima havia ainda o PTB e o PCB.

Durante a campanha eleitoral comícios ocorreram na cidade, com destaque para o realizado em 24 de novembro que reuniu figuras como Caio Prado Júnior e Cândido Portinari na praça XV em prol do candidato do PCB Yedo Fiúza. Rosa (1997) aponta que a atuação dos comunistas no processo eleitoral gerou descontentamento entre os líderes católicos locais que iniciaram uma campanha anticomunista utilizando o jornal “Diário de Notícias”, o que não impediu os bons números conquistados pelo PCB no pleito presidencial.

Os resultados das eleições em Ribeirão Preto seguiram a tendência nacional: Eurico Dutra obteve 59,32% dos votos; Eduardo Gomes teve 32,68% e Yedo Fiúza 7,94% (Walker; Barbosa, 2000).

Em resposta à postura anticomunista e repressiva aos movimentos trabalhistas pelo governo de Dutra, manifestações e greves ocorreram em Ribeirão Preto até a ilegalidade do PCB em 1947. Ainda em 1945, em dezembro, nova greve envolveu a Companhia Paulista de Força e Luz, deixando a cidade às escuras. Em janeiro de 1946 as paralizações envolveram a Cervejaria Antártica e os bancários (Rosa, 1997).

Eventos de proporções nacionais repercutiram na imprensa local. Citaremos dois deles partindo da análise de Carvalho (2016) sobre o jornal “A Tarde”. O rompimento de relações entre o Brasil e a União Soviética foi noticiado em 22 de outubro de 1947 e amplamente apoiado pelo periódico, seguindo a ideia de conter um suposto expansionismo soviético no Ocidente e estimulando a vigilância interna entre a sociedade contra os comunistas.

A ilegalidade do PCB também foi tema do jornal “A Tarde” em um texto escrito em São Paulo em que o autor ponderava sobre a cassação do partido. Para ele, era melhor o partido

estar legalizado e participando das eleições do que às margens da política já que, desse modo, atuaria “nas sombras”, seria martirizado, mais difícil de ser controlado. O conservadorismo, o anticomunismo e a opção pelo capitalismo liberal sob a hegemonia dos Estados Unidos eram evidentes nos escritos do jornal (Carvalho, 2016).

Com a ilegalidade do PCB em 1947, os comunistas criaram um subterfúgio para participar das eleições daí em diante. Os membros do PCB aderiram ao Partido Popular Progressista (PPP), porém, não conseguiram registrar o partido. Tiveram então de recorrer a alianças com o PSD para participar das eleições municipais pela legenda, conforme veremos adiante (Rosa, 1997).

O ano de 1947 foi importante pois aconteceram eleições estaduais em janeiro (governador e deputados) e municipais em novembro (prefeito e vereadores), o que contribuiu para intensas movimentações partidárias na cidade. Analisemos primeiro as eleições estaduais.

Na segunda metade dos anos 1940, São Paulo viu o fenômeno de Ademar de Barros e o seu partido, PSP. Visando as eleições, Ademar participou de um comício em Ribeirão Preto em julho de 1946. Seguido ao comício, a semente do PSP foi plantada na cidade com a criação de uma diretoria local (Walker; Barbosa, 2000).

No pleito para governador, Ademar de Barros venceu em Ribeirão Preto com folga; porém, seu partido teve um péssimo desempenho na votação para o legislativo estadual na cidade. O PSD teve 55,89% dos votos, o PCB 13,3% (o partido ainda era legalizado), o PTB 12,05%, a UDN 11,04% e, por fim, o PSP com 6,25%. Ribeirão Preto esteve representada no legislativo estadual por Luis Augusto Gomes de Matos do PSD (Walker; Barbosa, 2000; Lages, 2016).

Diante de resultados decepcionantes nas eleições estaduais, a UDN local movimentou-se para fazer diferente nas eleições municipais. Ao longo de 1947 o partido desenvolveu novos métodos de propaganda e tentativas de aproximação com a classe trabalhadora. A liderança do partido nesse esforço esteve a cargo de Wilson Roselino (Walker; Barbosa, 2000).

Uma coligação foi realizada entre a UDN e o PR para os cargos a vereadores. Das 31 cadeiras em disputa, a coligação UDN-PR conquistou 11. Para o cargo de prefeito a coligação tinha ainda o apoio do PSP, mas não obteve sucesso. Seu candidato, Antônio Rodrigues da Silva, conseguiu 26,71% dos votos, abaixo dos 37,17% de José de Magalhães eleito pelo PTB (Walker; Barbosa, 2000). Enquanto a UDN perdia as eleições nacionais para o PSD, em Ribeirão Preto seu algoz na corrida pela prefeitura foi o PTB, ambos de origens varguistas.

Além da coligação UDN-PR com suas 11 cadeiras na Câmara Municipal, o desempenho dos partidos foi o seguinte: o PTB conseguiu 7 vereadores; o PSP, 5; o PSD, 4; e o PTN (Partido Trabalhista Nacional) também 4. A maioria dos eleitos pelo PSD eram antigos membros do PCB tornado ilegal em maio de 1947 (Rosa, 1997).

A administração de José de Magalhães na prefeitura municipal foi marcada por discordâncias com a classe patronal e a elite ribeirão-pretana. O jovem prefeito buscava um aumento das receitas municipais por meio dos impostos, o que desagradou a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP) (Walker; Barbosa, 2000).

A cidade teve sete prefeitos entre maio de 1944 com a renúncia de Fábio de Sá Barreto e a posse de José de Magalhães em janeiro de 1948: Alcides de Araújo Sampaio, Luis Augusto Gomes de Matos, Luiz Gonzaga Pereira Seixas, Nelson Rodrigues Nóbrega, Antônio Rodrigues da Silva, Rubem Aloysio Moreira e Jarbas Vieira de Souza. Nenhum deles chegou ao cargo por meio de eleições (CMRP, 2015). José de Magalhães foi o primeiro prefeito eleito pela população após o fim da “Era Vargas”.

Esses desentendimentos com Magalhães fizeram com que a classe patronal dedicasse mais atenção na escolha e campanha para um candidato a prefeito mais afeito aos seus interesses nas eleições municipais em 1951.

Porém, antes do pleito para a prefeitura, aconteceram as eleições para a presidência da República e governo do estado em outubro 1950, e Ribeirão Preto não ficou de fora da rota de campanha dos candidatos. A expectativa regional pela volta de Vargas ao executivo nacional pode ser constatada pelo comício de grandes proporções que o candidato do PTB realizou na cidade. Cerca de 40 mil pessoas atenderam ao seu discurso e confirmaram suas intenções nas urnas. Na cidade Vargas recebeu nada menos que 60,44% dos votos contra o desconhecido candidato do PSD Cristiano Machado. Para o governo do estado, foi eleito o candidato da coligação entre o PSP e o PTB, Lucas Nogueira Garcez, que conquistou 57,08% dos votos na cidade (Walker; Barbosa, 2000).

Observando o desempenho eleitoral dos candidatos varguistas nas esferas federal e estadual e após a administração conflituosa do petebista José de Magalhães, a elite local empenhou suas forças para garantir para si não apenas a Câmara, mas também a prefeitura municipal. A UDN e o PR confirmaram o apoio a Alfredo Condeixa Filho, vice-prefeito de José de Magalhães, que concorreu em 1951 pelo PSP. Foi eleito com 47% dos votos (Walker; Barbosa, 2000). Durante sua administração manteve boas relações com a ACIRP e as classes conservadoras da cidade, tendo deixado o cargo em 1954 para concorrer a uma vaga no legislativo estadual (Lages, 2016).

Analisando a composição da Câmara Municipal no período entre 1952 e 1955, 21 vereadores passaram pela casa de leis. É possível constatar que o prefeito apoiado pela UDN foi eleito; porém, o partido viu sua representação diminuir, já que o número de assentos no legislativo caiu de 10 para apenas 2. Por outro lado, o PTB manteve 7 assentos e o partido de Ademar de Barros, o PSP, aumentou seu número para 7 (CMRP, 2015).

O PSD, grande máquina política do Estado Novo, não conseguiu bons números na cidade na primeira metade dos anos 1950 visto que seu número de assentos diminuiu de 5 para 2. Os outros partidos que compuseram essa legislatura foram o PTN (Partido Trabalhista Nacional) com 2 representantes e o PRP (Partido de Representação Popular, formado por membros do integralismo dos anos 1930) com 1. Importante destacar que essa legislatura teve a presença da primeira vereadora da cidade, a advogada Evangelina de Carvalho Pujol Passig do PTN (CMRP, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da simpatia ou oposição a Vargas, uma coisa é certa: seu período de quase quinze anos à frente da presidência da República teve profundas repercussões na política de Ribeirão Preto.

Antes da Era Vargas (1930-1945), a cidade fazia parte do “condomínio dos coronéis” (Napolitano, 2020), em que os fazendeiros de café eram determinantes nos rumos políticos da localidade na Primeira República. As eleições, frequentemente fraudadas, eram controladas pelo monolítico PRP, o partido dos cafeicultores.

O fim do coronelismo na cidade, bem como a criação da Justiça Eleitoral durante o período varguista, trouxeram novas perspectivas para o processo eleitoral municipal a partir da segunda metade dos anos 1940. Entre a eleição municipal para prefeito em 1947 até 1964, ano do golpe civil-militar, o PTB e o PSP foram predominantes nas eleições para o executivo, sendo o primeiro varguista, e o segundo o partido de Ademar de Barros. O legislativo apresentava ainda mais diversidade com partidos como PSD, UDN, PTN, PDC, entre outros (CMRP, 2015).

A transformação política que a cidade enfrentou manifestou-se inclusive em sua paisagem urbana. Nos anos 1930, uma casa no centro da cidade pertencente ao coronel do café Quinzinho Junqueira (também utilizada como sede do PRP local) foi demolida para a construção do Edifício Diederichsen, um empreendimento voltado para o setor de serviços. Na década seguinte, teve vez a demolição do Teatro Carlos Gomes, símbolo do poderio dos cafeicultores construído ainda no século XIX.

Julgamos que o período entre 1945 e 1964 representou um avanço no aspecto da representação política no país em relação ao sistema fechado do Estado Novo. Novos partidos surgiram, as eleições foram limpas e o contingente eleitoral aumentou. Surgiram os grandes comícios eleitorais em que os candidatos pediam o voto da população. Daí o nome de República “populista” que esse período recebeu.

Contudo, contradições ainda existiram. A manutenção da proibição do voto aos analfabetos, a cassação do PCB e o controle do movimento sindical e suas greves, principalmente durante o governo Dutra, apontam que o caminho para um país realmente democrático continuava longo.

Essa experiência “democratizante” teve fim em 1964 com o golpe e a instauração da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Para Ribeirão Preto, isso representou a volta do protagonismo de um único partido, neste caso da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação política dos militares (que sofria a “oposição consentida” do MDB), que

governou a cidade por quase vinte anos por meio do revezamento entre Welson Gasparini e Antônio Duarte Nogueira. Esse período, no entanto, extrapola o recorte temporal adotado neste trabalho e deve ser abordado em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 2. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2005.
- CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1980.
- CARVALHO, Yuri Araujo. Versões e contornos do (anti) comunismo nos jornais de Ribeirão Preto (1945-1964). In: PERINELLI NETO, Humberto; MELLO, Rafael Cardoso de (org.). **Nas páginas das cidades**: história, cultura e modernidade em Ribeirão Preto/SP (1883-1964). Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2016.
- CMRP. **Memória**: as legislaturas municipais de 1874 a 2016. Ribeirão Preto/SP, 2015.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1997.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GALVANIZ, Lucas Dario Romero y. Pecador ou predestinado? Bandeirante ou ditador? Moderno ou atrasado? Marcas da *Belle Époque* em representações políticas de Getúlio Vargas nos jornais ribeirão-pretanos (1930-1945). In: PERINELLI NETO, Humberto; MELLO, Rafael Cardoso de (org.). **Nas páginas das cidades**: história, cultura e modernidade em Ribeirão Preto/ SP (1883-1964). Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2016.
- LAGES, José Antonio Correia. **Ribeirão Preto Revisitada**. Ribeirão Preto/SP: Nova Enfim Gráfica e Editora, 2016.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves

(org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRESTES, Anita Leocádia. **1946**: a bancada comunista e a política do PCB. 2021. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/27850>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947)**. 1997. 174f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos coronéis à metrópole**. Ribeirão Preto/SP: Palavra Mágica, 2000.